



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA SESSÃO INAUGURAL DO
FORUM DE DESENVOLVIMENTO DAS ILHAS DO PACÍFICO**

**“Liderança, Inovação e Parceria para economias verde/azul do
Pacífico”**

Nadi, Fiji

5 de Agosto de 2013

Exmo. Senhor Commodore Bainimarama, Primeiro-Ministro das Fiji
Distintos Delegados

Senhoras e Senhores,

É para mim uma grande honra participar nesta sessão inaugural do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico. É esta a terceira vez que visito este lindo país.

Em primeiro lugar, não posso deixar de congratular o governo das Fiji pela organização deste importante evento que visa assegurar um futuro próspero para a região do Pacífico, através da “economia verde”. Não posso também, Senhor Primeiro-Ministro, deixar de agradecer a forma calorosa com que tanto eu, como a delegação que me acompanha, fomos recebidos pelas autoridades e pelo povo fijiano.

Esta é uma importante oportunidade para Timor-Leste se integrar mais activamente com as ilhas do Pacífico, com as quais partilhamos tantas fragilidades, desafios mas também oportunidades.

Agradeço, por isso, Senhor Primeiro-Ministro, este convite tão significativo para proferir o discurso de abertura nesta reunião que visa traçar um roteiro mais seguro e optimista para os povos do pacífico, para os nossos Povos.

Algumas das ilhas-Estado do Pacífico, num passado não muito distante, prestaram uma indispensável solidariedade e apoio a Timor-Leste, justamente no rescaldo da ocupação ilegal do meu país, que durou um quarto de século. Fomos novamente vítimas de actos de violência e destruição, em consequência do Referendo de 1999, que ceifaram ainda mais vidas, destruíram infra-estruturas vitais à construção do país e quase abateram as esperanças do nosso povo cansado de oferecer sacrifícios pela causa da paz, da liberdade e da independência.

Hoje, no entanto, somos orgulhosamente um Povo e uma Nação em franco crescimento.

E sabemos, talvez melhor do que ninguém, a importância de não estarmos isolados na procura de soluções para ultrapassar as fragilidades e desafios que se apresentam a um país no seu processo de construção.

A saída de uma situação de pós-conflito, aliada à pobreza e à falta de recursos em todos os aspectos, desde a inexperiência de governação à escassez de instituições, desde a falta de recursos humanos e financeiros à inexistência de infra-estruturas e capacidade de recuperá-las, desde o vazio das leis à vivência democrática, levou-nos a uma terrível encruzilhada onde não há um caminho rápido e certo para responder às múltiplas necessidades de um povo sofrido que reclama, e merece, ver as suas necessidades satisfeitas.

Por outro lado, logo à “nascença”, tivemos – enquanto mais jovem membro da Comunidade das Nações – que absorver os valores democráticos e os seus princípios universais, que abundantemente nos foram transmitidos por outros, e sem termos propriamente tempo para os digerir.

O resultado foi o emergir de crises cíclicas, que nos levaram à crise de 2006 e ao seu expoente máximo em 2008.

Voltámos a sentir o cheiro a queimado, a ver sangue derramado no chão da nossa amada pátria e a visitar os recônditos do ódio, da vingança e da violência!

Isto tudo provocou uma grande quebra de confiança, por parte do nosso Povo, nas ainda frágeis instituições do Estado. Levou também, nos apressados relatórios de peritos internacionais, à conclusão sumária de que Timor-Leste estava seriamente a tornar-se num Estado falhado.

Excelências
Senhoras e senhores,

Esta não é uma história exclusiva a Timor-Leste.

Partilhamos factos similares – de pós-colonialismo, de fragilidade e pobreza – com várias nações do mundo, chamadas de LDCs, e também com algumas nações do Pacífico, algumas das quais aqui hoje representadas.

O que aprendemos com a nossa experiência, é que não é possível alcançar o desenvolvimento, nem assimilar os princípios democráticos, sem antes construirmos a nossa própria identidade e determinarmos, nós próprios, o caminho que queremos seguir.

Cada nação tem o seu próprio contexto, a sua própria história, a sua própria cultura. Cada independência foi conquistada de forma única e cada processo de desenvolvimento tem a sua realidade e os seus próprios factores internos.

A comunidade internacional muitas vezes apressada a dar o seu generoso apoio mas quase sempre dividida nas suas abordagens que não respondem às verdadeiras necessidades dos países receptores da ajuda, repito, a comunidade internacional não deve ou não pode substituir a liderança de uma nação, pois ela pertence exclusivamente ao seu povo.

Foi neste contexto que, em Timor-Leste, o povo e a sociedade estão continuamente a fazer lembrar aos líderes do país que aqueles que ofereceram os seus sacrifícios, para alcançar a independência, são os que ainda não estão a sentir os proveitos da liberdade.

E, na análise das nossas próprias circunstâncias, vimos que uma liderança que ausculte os sentimentos e conheça as dificuldades das populações está mais capaz de garantir a estabilidade e desenvolver a nação. Só quando esses factores internos podem já determinar os processos particulares a cada país, é que pode existir o sentido de “pertença” na tomada de decisões e a necessidade de assumir a “liderança” das mesmas.

Impusemos assim, a nós mesmos, uma vontade política, nas instituições do Estado, para cooperarem entre si na busca das soluções que, de outra forma, conduziriam a uma falta de discernimento político para enfrentar e solucionar as crises.

Sabendo que não existe verdadeira liberdade se um povo não a detém por meios democráticos, aprendemos que também não existe um verdadeiro desenvolvimento se este não for um produto do esforço da própria sociedade.

E fomos beber das nossas tradições ancestrais de conciliação das nossas diferenças, através do diálogo. Estendemos a esteira, a que chamamos “nahe biti”, com a participação de toda a comunidade, e envolvemos todos os timorenses na resolução dos nossos desafios, criando verdadeiras **parcerias** em prol do objectivo comum de paz e desenvolvimento.

O diálogo permanente e genuíno e a cooperação entre todos os Órgãos de Soberania e a Sociedade Civil foram fundamentais para alcançar o ponto de viragem, reflectido no nosso mote, lançado em 2009, pelo 10º aniversário do Referendo: “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”. E pusemos fim às crises cíclicas, normais em países frágeis e pós-conflito.

Hoje temos uma sociedade civil forte e participativa e um sector privado que embora emergente começa a sentir a sua responsabilidade no desenvolvimento da nação.

Se hoje Timor-Leste é um Estado viável e em fase segura de construção e consolidação, devemos-lo essencialmente ao nosso Povo que, mais uma vez, está a participar neste processo, com a dignidade que ostentou durante a luta, sob o objectivo de fazer do nosso país uma nação pacífica, tolerante e unida.

E, pela consolidação desses factores internos, temos podido adoptar políticas públicas que têm permitido um quadro de desenvolvimento sustentável.

Alguns sucessos têm sido alcançados, desde uma das mais elevadas taxas de crescimento económico de todo o mundo, a progressos a nível de desenvolvimento humano, ao ambiente de paz e estabilidade e, sobretudo, nas relações de amizade e parceria que temos com praticamente todos os países do mundo e, em especial, com os países mais próximos na nossa região, incluindo as ilhas do pacífico.

A elaboração do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento, que estabelece o percurso necessário para transformarmos Timor-Leste, em um período de 20 anos, de

um país com baixos rendimentos, num país com rendimentos médio-altos, de forma sustentável, foi parte fundamental deste sucesso.

Este Plano dá voz às nossas mulheres, jovens e anciãos; este Plano dá voz aos nossos agricultores, profissionais de saúde, empresários e professores; este Plano dá voz aos consumidores, doentes e estudantes; este Plano dá voz não só àqueles que vivem na capital em Díli mas também àqueles que vivem nas aldeias mais remotas.

E é neste plano, senhoras e senhores, que consubstancia a visão do nosso povo e a vontade política dos líderes timorenses, que compreendemos que promover uma “economia verde” é promover o desenvolvimento sustentável.

Decidimos utilizar o grande potencial económico que temos, graças à nossa riqueza petrolífera e à nossa localização geográfica, investindo nos sectores produtivos - nas infra-estruturas, na educação, na saúde, na agricultura e no turismo com vista a transformar uma economia que é agora sobretudo petrolífera numa economia não dependente do petróleo.

Os grandes objectivos a alcançar com esta estratégia são a geração de mais riqueza, a criação de mais emprego, o aumento da produção, com o conseqüente aumento de actividades comerciais e industriais.

Para nós, o crescimento económico do país só pode ser considerado um indicador favorável ao desenvolvimento nacional, se observar dois princípios fundamentais: a inclusão e a equidade.

Estes princípios são a substância, o cerne do novo paradigma de investimento para Timor-Leste. Queremos crescer mas queremos crescer bem, pela distribuição dos dividendos deste crescimento por toda a população, em todo o território nacional, preservando também aquilo que nos distingue: uma cultura singular e uma paisagem imaculada.

Os nossos parceiros económicos e comerciais privilegiados são aqueles que compartilham connosco esta visão estratégica, que não pertence apenas ao Governo mas a todo o Povo timorense.

Excelências

Senhoras e senhores,

Em Timor-Leste, assim como nas ilhas do pacífico, podemos encontrar a combinação do melhor que a natureza tem para oferecer.

Partilhamos a mesma convicção de que os timorenses e todos os povos do pacífico, saberão aproveitar de forma peculiar os seus recursos precários e transformá-los em grandes concretizações, e que, por isso, é possível realizar os nossos sonhos de

construir indústrias sustentáveis para vender os nossos produtos nos mercados locais e internacionais.

Temos florestas tropicais, montanhas sumptuosas e praias paradisíacas. Temos a profundidade dos nossos mares que guardam a riqueza dos nossos corais e restante fauna marítima e a nossa incrível biodiversidade.

O nosso turismo terá que ser desenvolvido de forma transversal a outros sectores como o desenvolvimento agrícola, rural e de infra-estruturas, sob um planeamento integrado a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável das populações.

No futuro próximo vamos investir em melhores mecanismos de gestão do risco de desastres, através da aquisição de sistemas de alerta atempada que nos permitam antecipar em termos de melhor preparação de resposta. Para além disso, sabemos que a preparação para os desastres naturais exige um esforço mais profundo de mitigação das nossas vulnerabilidades.

O desafio é imenso: a pobreza dos nossos povos imprime um carácter de urgência à nossa necessidade de crescimento. Mas temos consciência de que esse crescimento não pode ser feito hipotecando os meios de sobrevivência das gerações futuras.

As nossas florestas são um bem valiosíssimo que nos poderia oferecer uma riqueza fácil e imediata, mas estamos vivamente empenhados na sua protecção porque, sem elas, teríamos uma menor resiliência aos desastres naturais. Assim, temos previsto, nos próximos anos, a plantação de um milhão de árvores por ano.

Queremos também preservar as espécies de fauna e flora autóctones, porque nessa diferença reside a especialidade dos produtos de que vamos querer tirar benefícios.

Temos como aposta forte a modernização dos nossos sectores tradicionais, como a agricultura e as pescas, mas de uma forma pensada, sustentável, porque sabemos bem que a natureza nos oferece recursos finitos e que deles depende a nossa sobrevivência diária. A protecção das nossas águas e dos nossos solos não é algo que se possa adiar, só porque queremos (ou precisamos) de retirar proveitos imediatos que podem conduzir à exaustão destas importantes fontes de riqueza.

A mãe natureza tem os seus próprios ciclos que devemos respeitar enquanto hóspedes deste planeta. Salvaguardá-los hoje é garantir a sustentabilidade de uma economia perdurável.

O grande potencial de ecoturismo será explorado com o envolvimento das nossas comunidades que agirão em conformidade com estes objectivos de preservação patrimonial, ambiental e cultural, embora tenham que imprimir uma tônica moderna e inovadora à nossa economia.

Temos consciência de que é ao sector privado que cabe impulsionar as nossas economias e, portanto, os nossos Estados têm que impulsionar este sector, criando as condições necessárias para facilitar o investimento, estimulando-o a que produza bens passíveis de transaccionar e exportar de forma sustentável.

Neste momento, em Timor-Leste, constituem prioridades, para o Governo, a criação de uma Agência de Investimento, a criação de um Banco de Desenvolvimento, reformas fiscais e o estabelecimento de um quadro legal eficiente no que respeita ao direito de propriedade, direito de terra e lei de trabalho.

Por outro lado, iniciámos o processo de descentralização que visa um maior equilíbrio orçamental para as regiões, pela distribuição equitativa de projectos em todo o território, através também de uma gradual descentralização administrativa e de serviços, de forma a estimular o empreendedorismo local pela participação e iniciativa de decisões das comunidades.

Neste novo paradigma de acção de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza, queremos promover também o estabelecimento de Zonas Económicas Especiais, aproveitando o potencial das nossas áreas terrestres que se harmonizam perfeitamente com a imensidão do oceano que as circundam.

A RDTL é uma meia-ilha, com um enclave na outra metade que pertence à Indonésia. Iremos apostar seriamente naquele enclave, onde será estabelecida uma Zona Especial de Economia Social de Mercado, porque terá uma abrangência social mais acentuada para o combate sustentado à pobreza. Para o estudo e preparação, o Líder da Oposição, Dr. Mari Alkatiri, foi nomeado Representante do Estado que, posteriormente, supervisionará a implementação do programa e as possibilidades de aplicação noutras partes do território nacional.

Nesta problemática que afecta a humanidade de combate sustentado à pobreza, sabemos que só uma estratégia integrada onde todos ficam a ganhar, tem mais probabilidade de ser bem-sucedida.

Sob este novo paradigma, reconhecemos as potencialidades de uma abordagem conjunta para um planeamento integrado de desenvolvimento sub-regional. A área contempla Timor-Leste e as províncias vizinhas da Indonésia, com a participação também do Northern Territory da Austrália.

Na área económica, aborda os seguintes sectores: 1 - o desenvolvimento do business, que vai desde agricultura, pesca, manufactura, turismo e energia e recursos naturais; 2 – tecnologia; 3 – infra-estruturas, 4 – gestão; 5 – turismo e 6 – conhecimento, na pesquisa e desenvolvimento. Na área social, teremos: 1 – intercâmbio cultural e social; 2 – saúde; 3 – educação e cultura e 4 – desporto. Estamos nos preparativos para o estabelecimento de uma Comissão Conjunta Trilateral, para estudar e aprovar os Objectivos, as Estratégias e os Planos de Acção.

Neste plano, pretendemos proteger o nosso “habitat” secular, conservando a nossa biodiversidade marítima e terrestre, precavendo a pesca ilegal e a destruição dos nossos recursos marinhos. Também pretendemos exercer um controlo efectivo sobre a poluição e sobre os impactos de alterações climáticas, ao mesmo tempo que investimos em projectos de energias alternativas e renováveis para assegurar as nossas necessidades energéticas.

Todo o mundo está hoje atento e alerta para as alterações climáticas, mas em nenhum outro canto do globo, como na nossa região, as suas consequências têm sido tão evidentes, tão dramáticas, tão “*life changing*”!

Excelências

Senhoras e senhores,

Os nossos países estão expostos a ameaças cada vez mais inesperadas, ou mesmo aleatórias, obrigando a uma maior capacidade de adaptação e a uma resposta conjunta, através do diálogo, tolerância e entendimento mútuo entre as nações, com uma tônica imperativa de respeito pelas necessidades particulares de cada nação e dos seus povos.

Os desafios globais iminentes neste século são cada vez mais diversos, estando as Ilhas do Pacífico particularmente vulneráveis, como todos sabemos, às alterações climáticas, mas também aos desafios emergentes de segurança na área energética, alimentar e do recurso mais valioso da humanidade: a água.

Neste contexto de fragilidade ambiental temos que encontrar um desenvolvimento mais inclusivo e direccionado para os mais pobres.

A região económica das ilhas do Pacífico tem um grande potencial para ultrapassar os difíceis obstáculos a que estão expostos, se trabalharem todos juntos para um plano integrado, com novas sinergias e parcerias estratégicas.

Acho que já todos sabemos que de forma isolada as nossas vozes não se farão ouvir.

Não é com esforços isolados que vamos conseguir ultrapassar a situação real que Kiribati, as Ilhas Marshall e Tuvalu enfrentam, sob a permanente e irreversível ameaça de se afundarem sob a vastidão do Oceano. Os países desenvolvidos, os que mais contribuíram e ainda contribuem para as mudanças climáticas, devem, por obrigação moral, pensar num plano de compensação financeira que permitirá a estes países salvaguardar a dignidade dos seus Estados e Povos.

E foram as economias desenvolvidas que provocaram uma grande crise financeira mundial que não nos permite alimentar grandes esperanças de que a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 venha a ser realizável, a médio prazo. E esses países altamente desenvolvidos permitiram que, nas suas próprias nações, fossem criados

problemas, sociais e económicos, muito sérios, atirando milhões para o desemprego e angústia sobre o futuro – como estamos a ver, por exemplo, pela Europa fora.

Precisamos de alterar os padrões de política macroeconómica global que são demasiado rígidos e pouco úteis e que só beneficiam os países ricos, em detrimento dos pobres.

Neste mundo às avessas, as prioridades de nível mundial ainda estão baralhadas. O foco das políticas internacionais deve centrar-se na **pessoa** como um fim e não como um meio para alcançar objectivos menos dignos.

Como sabem, Timor-Leste é considerado, pela Comunidade Internacional, um dos quarenta e nove países que as Nações Unidas chamam de “Países Menos Desenvolvidos”. Somos também, pelo Banco Mundial, considerados um dos trinta “Estados Frágeis”.

E foi nesta tentativa de perceber o que tem falhado apesar dos gastos públicos de milhões de cidadãos do mundo em Ajuda internacional, o porquê de tanta fragilidade neste mundo globalizado e de enormes avanços tecnológicos, que resolvemos unir-nos a outros dezassete países e formar o ‘**g7+**’, defendendo um ‘**Novo Arranjo**’ na sua relação com os parceiros de desenvolvimento.

Mas este novo arranjo, exige mudanças internas em cada país. Temos vindo a monitorizar, reportar e chamar a atenção para os desafios específicos enfrentados pelos Estados frágeis, que até então não tinham tido capacidade para projectar a sua voz de forma a serem efectivamente ouvidos.

Foi neste processo, de elevar a nossa voz, que entendemos que havia a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, no qual temos um papel fundamental a desempenhar e que passa pela correcção dos mecanismos utilizados para lidar com os países pobres e fracos.

Apesar dos esforços da comunidade internacional e das Nações Unidas, do Banco Mundial, do FMI e da OCDE, que têm estado sempre na linha da frente do combate à pobreza, os resultados têm sido muito pouco satisfatórios, especialmente no continente africano.

Temos que questionar: o que está errado nisto tudo?

Anualmente são investidos biliões e biliões de dólares e, no entanto, grande parte da população mundial continua sem comida, sem abrigo, sem saúde, sem educação, sem segurança e sem dignidade! São cerca de 1,5 mil milhões, as pessoas a viver nesta situação de pobreza extrema!!!

Isto leva-nos a pensar se a instabilidade interna, em vários países, não é intencional, para proteger interesses que não são dos povos desses países.

É por esta razão que as nações do g7+ têm trabalhado em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 dá resposta real às suas necessidades de paz e estabilidade e que as perspectivas dos Estados frágeis são centrais para o diálogo global.

A mudança de paradigma na intervenção internacional não é apenas um imperativo ético mas sobretudo estratégico! A apropriação, pelos países receptores de ajuda, das políticas de desenvolvimento é fundamental para que estas funcionem, senão vamos continuar eternamente “a calçar uns sapatos ou demasiado grandes ou demasiado curtos para os nossos pés”... subdesenvolvidos.

Este momento é oportuno porque está a ser finalizado o diálogo com vista a desenvolver a agenda de desenvolvimento pós-2015, para o período a seguir ao fim dos ODMs. Timor-Leste tem a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, como membro do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda.

Para ajudar a mudar estes mecanismos, no mês de Fevereiro, Timor-Leste recebeu em Díli líderes de vários países do mundo, incluindo da Ásia-Pacífico e de África, numa Conferência Internacional sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a maior conferência internacional alguma vez realizada em Timor-Leste.

Aproveito para agradecer a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros das Fiji, Ratu Inoke Kubuabola, o Presidente do Kiribati, o Primeiro-Ministro das Ilhas de Salomão e outros altos dignitários do Pacífico nesta conferência, onde conseguimos juntar as preocupações não só do g7+ mas também dos países do Pacífico e dos países africanos de língua portuguesa (PALOP).

No documento conjunto, o “Consenso de Díli”, estabelecemos as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015 e imprimimos uma agenda mais credível, mais responsável e mais realista para o desenvolvimento dos nossos povos.

Este documento reflecte também as necessidades específicas dos Estados do Pacífico, onde acordámos que os países que mais contribuíram para as alterações climáticas têm que ser os que mais devem estar envolvidos na sua solução, incluindo um plano marshal para a mitigação, adaptação e redução dos riscos de desastre.

Acordámos igualmente que embora as nossas prioridades e necessidades específicas variem de país para país, todos ambicionamos o mesmo, ou seja, melhores condições de vida para os nossos povos, maior segurança humana.

O quadro de desenvolvimento pós-2015 deve portanto garantir um contrato social, promovendo acções integradas em quatro áreas principais: crescimento económico inclusivo, construção da paz e construção dos Estados, alterações climáticas e gestão ambiental.

É com satisfação que partilho convosco que, graças à nossa participação neste painel de alto nível, conseguimos reflectir estas recomendações no relatório final.

Este é um progresso importante dos nossos esforços de sermos ouvidos a nível global, também com implicações importantes para a região do Pacífico, que poderão também usar da sua influência nos fora onde participam e especialmente, as Fiji, enquanto “chair” do **G77**.

Afinal temos que ser nós os agentes da nossa própria mudança, porque somos nós os principais ganhadores ou os principais perdedores neste processo.

Em Abril do presente ano, Timor-Leste teve a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas.

Tenho assim o privilégio de presidir a esta sessão ao longo deste ano e de trabalhar com a CESAP e com as nações da Ásia-Pacífico em prol do progresso e da melhoria do desenvolvimento humano. Também por esta razão a minha presença aqui é extremamente, oportuna, porque ouvir e sentir “in loco” as necessidades e aspirações dos vossos povos, vale indiscutivelmente mais do que milhares de palavras impressas em relatórios – que afinal não contribuem para uma “economia verde”!

Excelências

Senhoras e senhores,

Precisamos de garantir que existe apropriação local do processo de desenvolvimento. Mais do que desenvolvimento para todos, é tempo de falar de desenvolvimento por todos.

Numa reflexão sobre “economia verde e azul” as ilhas do Pacífico têm um protagonismo especial, enquanto tutelares do maior oceano do mundo.

Isto traz consigo um enorme potencial económico e comercial mas também uma grande responsabilidade, pois reside na protecção dos oceanos a garantia do bem-estar não só dos seus povos mas de toda a humanidade.

Acredito que, internacionalmente, as ‘large ocean island states’ deveriam receber reconhecimento institucional e um maior apoio, quer para a protecção deste património mundial, quer para ultrapassar os desafios especiais que estes países enfrentam e a sua vulnerabilidade.

Se o papel das florestas é hoje sobejamente conhecido e defendido na arena internacional, os oceanos e, em especial o Pacífico, depósito vivo da biodiversidade e também pulmão do nosso planeta, devem beneficiar de um mecanismo fortalecido de protecção e de uma estratégia de consciencialização que altere de forma efectiva e determinante a agenda global.

A defesa de uma “economia verde” estará sempre limitada se da paisagem terrestre não vislumbrar a maioritária parcela que afinal constituem os oceanos.

Os países da nossa região, por necessidade e por estratégia, estão na linha da frente para encabeçar este debate. Este tem que ser coordenado e integrado, com vista a uma cooperação estratégica que garanta também melhores condições de vida aos seus povos. Estes são, afinal de contas, os curadores deste imenso legado da humanidade.

Isolados somos uma gota no oceano, juntos temos o potencial de traçar um futuro sustentável para os nossos recursos naturais, para as nossas economias e para os nossos povos.

Muito obrigado.

5 de Agosto de 2013

Kay Rala Xanana Gusmão